

Capitania diz que empresa não pode operar Aquaviário

A Capitania dos Portos informou ontem à tarde que a empresa Pisa Engenharia Transportes e Montagem Ltda não poderá operar o sistema Aquaviário sem antes obter o registro de armador junto àquele órgão, segundo o relações-públicas, capitão-tenente Jarbas Mota Siqueira. A liberação desse documento, expedido pelo Tribunal Marítimo, do Rio de Janeiro, demora, em média, 30 dias após seu requerimento. Ontem pela manhã, a empresa apresentou a documentação exigida "incompleta" perante a Capitania, de acordo com o tenente. Com isso, mais uma vez, a data marcada para a Pisa assumir o serviço — próxima segunda-

feira, dia 15 — terá que ser cancelada. Não existe uma licença provisória que propicie a operação das lanchas do sistema por parte da Pisa, até que o documento definitivo seja liberado pela Marinha, disse o tenente Siqueira. Aliás, a Pisa sequer assinou o contrato com o Governo do Estado, através da Ceturb, para que pudesse explorar o serviço. Esta, inclusive, é uma das exigências feitas pela Capitania para que o requerimento do registro de armador possa ser oficializado junto àquele órgão.

Ontem à tarde, os diretores da Pisa não foram localizados na empresa. A

firma foi selecionada em 11 de abril, por meio de concorrência pública para operar as lanchas do Aquaviário por oferecer a maior taxa de administração ao Governo: 31%. O contrato a ser firmado com o poder público terá a validade de 15 anos. Ontem, o liquidante da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano (Comdusa), José Antônio Colodeti, que hoje gerencia e administra os terminais, informou ontem que o patrimônio líquido do Aquaviário, em dezembro do ano passado, era de Cr\$ 100.731.614,13. o sistema é deficitário e, no mês passado, arrecadou apenas Cr\$ 4.626.940,00 na bilheteria dos seus terminais.

Governo vai mesmo pagar pessoal

Mesmo depois da privatização dos serviços do Aquaviário, o Governo do Estado continuará desembolsando por mês Cr\$ 7 milhões para arcar com a folha de pagamento dos 43 marítimos pertencentes à Comdusa, conforme admitiu ontem o secretário estadual dos Transportes e Obras Públicas, João Luiz Tovar. A privatização do sistema estava prevista para a próxima segunda-feira, dia 15, e o poder público assumiu o compromisso com a Pisa Engenharia Transportes e Montagens Ltda, empresa que irá operar o serviço, de que bancará esta despesa com pessoal até o próximo reajuste das passagens do sistema de transporte de passageiros da Grande Vitória.

A contratação dos marítimos da Comdusa por parte da Pisa é uma das exigências do edital de licitação, que selecionou a empresa que passaria a operar o Aquaviário. Tovar disse que o Governo assumirá a despesa com estes profissionais durante o período de "transição" da privatização do serviço, conforme foi acordado com a empresa. A Pisa informou, na semana

passada, que, para contratar os marítimos, o item mão-de-obra na planilha teria que ser reajustado em até 60%, tendo em vista que, atualmente, o Estado paga salários inferiores ao exigido pelo sindicato da categoria. A contratação desse efetivo será feita pela empresa com base no piso salarial estabelecido pelos marítimos. Como o Governo não quer mexer agora na planilha de custo do sistema, o que acarretaria em aumento das passagens, a saída encontrada para viabilizar a operação por uma empresa privada foi arcar com a folha dos marítimos, explicou Tovar.

Contrato

Até o momento, a Pisa não assinou o contrato com a Ceturb, que passará a gerenciar o sistema de transporte por lanchas, embora tenha sido selecionada no dia 11 de abril último. Existiram alguns empecilhos que, segundo Tovar, retardaram a privatização do serviço. Entre eles estão alguns pleitos feitos pela Pisa, como a inclusão do seguro das nove lanchas, exigido pelo Go-

verno como um dos itens da planilha de custo do serviço. Nesse aspecto, o Governo ficou de estudar o assunto depois dos seis primeiros meses da empresa à frente do sistema, como prevê o edital de licitação. A Comdusa, empresa que hoje gerencia e opera o Aquaviário, possui no total 188 funcionários, que consomem Cr\$ 19 milhões em salários, como mostra a folha de pessoal.

O diretor de Planejamento da Ceturb, Luiz Otávio, não soube dizer qual o impacto dos salários dos marítimos sobre a planilha de custo do sistema, alegando que os valores ainda não haviam sido calculados. Hoje, o Aquaviário faz parte da Câmara de Compensação Tarifária do sistema de transporte coletivo da Grande Vitória, que é o mesmo dos ônibus.

Luiz Otávio informou que a receita do Aquaviário é composta de uma parte arrecadada diretamente nas bilheteiras dos terminais. A outra é repassada pela Câmara de Compensação — setor que faz o rateio da arrecadação do sistema entre as empresas operadoras.



O sistema Aquaviário, que é deficitário, enfrenta também problemas de manutenção, como cabos corroídos

Capitania diz que empresa não pode operar Aquaviário. A Gazeta, Vitória, 11 jul. 1991. Cad. 1. p. 7. e. 1, 2 e 3.